

Petrobrás mata!

Sexta-feira, 13, é dia de luta pela valorização da vida

A terceirização de riscos na Petrobrás fez mais duas vítimas esta semana. O mecânico Marco Antônio Faustino Fonseca, 46 anos, e o auxiliar de serviços gerais Rodrigo Gomes Oliveira, 32 anos, morreram em acidentes de trabalho no Rio Grande do Norte e na Bacia de Campos, respectivamente. Marco Antônio trabalhava para a Perbrás, no campo de produção do Alto do Rodrigues. Rodrigo era funcionário da Limp Tec, que presta serviço à Siem Consub, que é contratada da Petrobrás, ou seja, uma relação de quarteirização.

Enquanto a empresa permite a precarização das condições de trabalho, calando-se em relação às principais reivindicações da categoria, a máquina de matar trabalhadores segue em frente, sem freios. E as vítimas continuam sendo quase que exclusivamente os terceirizados. Só nos últimos três anos, foram 35 trabalhadores mortos, dos quais 30 eram terceirizados. Se tomarmos como referência os últimos dez anos, esse número sobe para 195, sendo que a grande maioria também foram trabalhadores terceirizados (163).

Apesar do acordo de trabalho proposto pela FUP ter uma série de cláusulas que alteram esta realidade, a Petrobrás nega-se a atendê-las. Nesses dois meses de negociação, não houve nenhum avanço significativo em relação às reivindicações de saúde, segurança, efetivos, igualdade de condições de trabalho para os terceirizados, entre outras questões sociais.

É na luta, portanto, que os petroleiros devem buscar mudanças estruturais nas políticas de SMS e de terceirização, dois dos principais eixos da campanha reivindicatória. A próxima sexta-feira, 13, uma data tida como macabra por algumas pessoas, ganhará uma nova simbologia, pois será o dia nacional de luta pela valorização da vida, contra os acidentes e em defesa da AMS.



Estado de greve e assembleias permanentes

A FUP orientou seus sindicatos a submeterem aos trabalhadores os indicativos de estado de greve e assembleias permanentes. Esta foi uma das resoluções do Conselho Deliberativo, que reuniu-se nos dias 04 e 05, em Brasília, para discutir os próximos passos da campanha reivindicatória.

A intensificação das paralisações surpresa, visando a construção de um movimento mais contundente, foi também outro ponto deliberado pelo Conselho, que também apontou o dia 16 como início para retomada das negociações com a Petrobrás e o dia 18 como prazo para a empresa apresentar uma nova contraproposta que contemple as principais reivindicações da categoria.

Paralelamente, os sindicatos estarão massificando entre os trabalhadores novas estratégias de paralisação, apontadas no seminário nacional de qualificação de greve, como, por

exemplo, o fator surpresa.

O Conselho Deliberativo definiu também um calendário de luta que reforça as mobilizações pelo extraturno, com mais uma paralisação neste sábado (07), e a realização na próxima sexta-feira, 13, de um ato nacional contra os acidentes e em defesa da vida e da AMS.

Com punição, não tem acordo!

Todos os representantes dos sindicatos filiados, assim como as oposições sindicais reconhecidas pela FUP, tornaram a reafirmar que a reversão das punições decorrentes da greve de março é questão condicionante para a assinatura do acordo coletivo. Além disso, é fundamental que a Petrobrás avance no atendimento das principais reivindicações referentes às condições de trabalho, segurança e benefícios.

“Petróleo para o resgate da dívida social”

A proposta da FUP e movimentos sociais de controle público de todo o petróleo e gás do Brasil, através da Petrobrás 100% estatal, agora é projeto de lei também no Senado Federal. No último dia 04, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) anunciou que transformou em Projeto de Lei a proposta dos trabalhadores.

O anúncio foi feito na audiência pública que reuniu cerca de 500 pessoas no auditório Petrônio Portela. Sacudindo cartazes em defesa do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás 100% pública, trabalhadores, estudantes e militantes sociais coloriram de vermelho o maior auditório do Senado. Foi a sexta audiência realizada pela CDH para debater a proposta dos movimentos sociais para a nova lei do petróleo.

Ônibus com petroleiros de São Paulo, Duque de Caxias (RJ), Bahia e Minas Gerais chegaram cedo a Brasília para o debate. Cerca de 90 estudantes secundaristas do CEM 02, uma das maiores escolas públicas do Gama, município da periferia de Brasília, também compareceram à audiência, assim como representações sindicais de todas as bases da FUP, bancários, servidores públicos, trabalhadores agrícolas, militantes da UNE, do MST, do Mope e de outros movimentos sociais.

Os senadores ouviram o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes; o representante do MST, Joba Alves; o dirigente da CUT-DF, Ismael José César; o dirigente da FUP e da CTB, José Divanilton Pereira; o dirigente da CGTB, Ubiraci Bras de Oliveira; representante do Conselho Federal da OAB,



Estudantes, trabalhadores, sindicalistas e militantes sociais comemoraram a aprovação da proposta dos movimentos sociais, que agora é projeto de lei também no Senado. Romerick (ao lado) foi um dos estudantes presentes



Marthius Sávio Lobato; e o dirigente do Sindipetro-RJ e representante da Aepet, Francisco Soriano. Todos foram unânimes em defender a urgência de uma nova lei do petróleo que garanta o controle estatal e social deste estratégico recurso.

“Petrobrás estatal é soberania nacional”, “Petróleo para o resgate da dívida social”, “Exigimos de Lula o fim dos leilões do petróleo”, cobravam os estudantes e trabalhadores. A cada frase mais contundente em defesa da estatização do petróleo, eles se manifestavam com o coro “não tem jeito não, o monopólio é a solução”. O estudante Romerick Gregório Miranda do Carmo, 16 anos, aluno do primeiro ano do segundo grau da escola CEM 02, participava animado das manifestações, levantando seu cartaz em defesa do pe-

tróleo para o povo brasileiro. “Temos que lutar pelo que é nosso”, declarou, confessando que seu sonho é trabalhar na Petrobrás.

Ao final da audiência, o senador Paulo Paim (PT/RS), relator da Sugestão Legislativa apresentada pela FUP à CDH no dia 26 de agosto, anunciou que a proposta dos movimentos sociais agora é projeto de lei da Comissão e entrará em tramitação no Senado.

Os estudantes, sindicalistas e militantes sociais que lotavam o auditório comemoraram, cantando o Hino Nacional, com a certeza de que esta é mais uma etapa importante da luta histórica pela retomada do monopólio estatal do petróleo. Uma luta que deve ser travada tanto no Congresso Nacional, como nas ruas, mobilizando a população em defesa da soberania nacional.

Estatização do Petróleo é um dos eixos da Marcha da Classe Trabalhadora

A proposta dos movimentos sociais para a nova lei do petróleo é um dos eixos da Marcha da Classe Trabalhadora, organizada pela CUT e demais centrais sindicais do país. A marcha pretende reunir em Brasília, no próximo dia 11, cerca de 40 mil trabalhado-

res para apresentar ao governo federal e parlamentares uma pauta unificada de reivindicações. A agenda das centrais inclui projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado, como a proposta construída pelos movimentos sociais para a nova lei do petró-

leo; a PEC 231/95, que prevê a redução da jornada de 44h para 40 horas semanais, entre outros projetos de interesse dos trabalhadores, como o fim da precarização das condições de trabalho dos terceirizados. A FUP e seus sindicatos estarão presentes!

Edição 917 - Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 imprensa@fup.org.br **Redação e Diagramação:** Alessandra Murteira - MTB 16763 **Projeto gráfico:** Cláudio Camillo MTB 20478 **Estagiária de jornalismo:** Carol Cavassa **Diretoria responsável por esta edição:** Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estér, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney.